



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

Concurso Público para Provimento de Cargos de Analista Judiciário - Área Judiciária

P R O V A

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto que segue.

O caso Amina Lawal

A absolvição da nigeriana Amina Lawal, que havia sido condenada à morte por apedrejamento pela acusação de adultério, representa uma vitória dos direitos humanos e da comunidade internacional. Ela está longe, entretanto, de significar uma melhora da situação das mulheres no país. Na verdade, a "solução" encontrada pelos juízes da corte islâmica de apelações que reviu o caso manteve as aparências. Lawal foi absolvida devido a "erros de procedimento" nos dois julgamentos anteriores. Em nenhum momento o "crime" (sexo fora do casamento, ou "zina", na lei islâmica) ou a crueldade da pena foram postos em questão. A sentença, porém, aliviou a pressão internacional sobre o governo nigeriano.

O caso Lawal é, para os padrões democráticos ocidentais, um verdadeiro escândalo. Amina Lawal, 31, foi sentenciada em primeira instância, em março de 2002, no Estado de Katsina, no norte da Nigéria. Segundo a Anistia Internacional, a prova usada contra ela foi o fato de ter engravidado sem ser casada. Curiosamente, o homem que ela afirmava ser o pai da criança apenas negou que tivesse mantido relações sexuais com Amina e nem foi a juízo. Pelos cânones da escola Maliki de interpretação da "sharia", a lei muçulmana, que é a corrente dominante no norte da Nigéria, a gravidez é prova bastante da culpabilidade da ré. A condenação de Amina fora confirmada em segunda instância em agosto de 2002.

A absolvição representa um alívio para o governo do presidente Olusegun Obasanjo (cristão). Se o apedrejamento fosse confirmado pela corte islâmica e ascendesse a um tribunal laico, uma eventual liberação de Lawal – vista por observadores como certa – poderia desencadear uma guerra civil entre os muçulmanos do norte do país e os cristãos do sul. Se o pior desfecho foi evitado com a absolvição, a questão dos direitos humanos está longe de equacionada. No mesmo dia em que Lawal era libertada, a imprensa nigeriana noticiava a condenação ao apedrejamento de um acusado de sodomia.

(Folha de S.Paulo. Editorial. 27/09/2003)

1. Entende-se que "o caso Amina Lawal", tal como o expõe o texto, representou,
- (A) com toda a evidência, uma flexibilização do código moral islâmico.
 - (B) ao menos provisoriamente, uma conciliação entre os princípios cristãos e os muçulmanos.
 - (C) com toda a evidência, a fixação de uma jurisprudência que passará a nortear os casos similares.
 - (D) ao que tudo indica, uma concessão do tribunal nigeriano às pressões da comunidade internacional.
 - (E) ao que tudo indica, o símbolo de uma abertura democrática do regime político da Nigéria.

2. Deve-se entender que, do modo como foi utilizada, a expressão do texto *Ela está longe*, no contexto do primeiro parágrafo,
- (A) refere-se, inequivocamente, a *acusação de adultério*.
 - (B) refere-se, inequivocamente, a uma *melhora da situação*.
 - (C) permite retomar não só a expressão *absolvição da nigeriana*, como também uma *vitória*.
 - (D) está indeterminada, por não se referir a um termo antecedente explícito.
 - (E) é ambígua, pois tanto predica *acusação de adultério* como *melhora da situação*.

3. Curiosamente, o homem que ela afirmava ser o pai da criança apenas negou que tivesse mantido relações sexuais com Amina e nem foi a juízo.

Na frase acima, o sentido algo irônico de *curiosamente* liga-se ao fato de que

- (A) o suposto pai da criança preferiu não admitir o adultério.
- (B) bastou a palavra do homem para isentá-lo de julgamento.
- (C) o pai da criança negou a evidência de sua paternidade.
- (D) Amina sequer foi ouvida na acusação feita contra ela.
- (E) o caso não teria ido a juízo se o homem responsabilizado não fosse culpado.


4. Considerando-se o contexto, há equivalência de sentido entre uma expressão do texto e a que se apresenta em seguida em:

- (A) *erros de procedimento* = divergências quanto ao mérito.
- (B) *prova bastante da culpabilidade* = indício suficiente para a presunção de inocência.
- (C) *aliviou a pressão internacional* = fragilizou a resistência internacional.
- (D) *ascendesse a um tribunal laico* = promovesse um julgamento informal.
- (E) *uma eventual liberação de Lawal* = um possível livramento de Amina.

5. A frase em que há pleno atendimento às normas de concordância verbal é:

- (A) Deve espantar-nos que sejam consideradas crimes, na Nigéria, atitudes que, entre nós, são passíveis de uma simples censura moral?
- (B) É possível que venha a ocorrer, imediatamente após o caso de Amina Lawal, julgamentos relativos à mesma infringência das leis muçulmanas.
- (C) Muitos acreditam que não se deveriam admitir, em nome dos direitos humanos, a aplicação da pena máxima contra desvios de ordem moral.
- (D) É polêmica a proposta de que se confira a um tribunal internacional poderes para intervir em normas jurídico-religiosas estabelecidas em culturas milenares.
- (E) Caberiam aos cidadãos ocidentais, cujas leis se estabeleceram em sua própria tradição cultural, o direito de intervirem nos códigos de outros povos?

<p>6. Transpondo-se para a voz ativa a frase <u>havia sido condenada à morte por apedrejamento</u>, o segmento sublinhado deverá ser substituído por</p> <p>(A) haviam condenado-a. (B) haviam-na condenado. (C) foi condenada. (D) condenaram-na. (E) haviam de condená-la.</p>	<p>10. Está correta a flexão de todas as formas verbais da frase:</p> <p>(A) Caso não se detessem nas questões formais, os responsáveis pelo julgamento de Amina não teriam satisfeito as expectativas internacionais. (B) Toda mulher que manter uma relação amorosa fora do casamento será submissa ao rigor da lei islâmica. (C) As leis nigeriana provêm da tradição islâmica, e jamais se absteram de observar os rígidos postulados desta. (D) Se a Anistia e outros órgãos internacionais não intervissem no caso de Amina, não havia o que contivesse o ânimo punitivo do tribunal nigeriano. (E) Não se propusessem os formadores de opinião pública a intervir no caso de Amina, é quase certo que a ela se imporia a pena de morte por apedrejamento.</p>
<p>7. Está correto o emprego de ambas as expressões sublinhadas na frase:</p> <p>(A) Para os padrões ocidentais, <u>de cujos</u> valores são diferentes dos orientais, o caso de Amina surge como um escândalo <u>ao qual</u> ninguém se conforma. (B) A negativa <u>à qual</u> se safou o homem identificado por Amina foi suficiente para que ele sequer fosse indiciado no caso <u>em que</u> estava sendo envolvido. (C) A guerra civil, <u>à que</u> o texto faz referência, poderia ser iniciada caso tomasse outro rumo o julgamento <u>no qual</u> todas as atenções estavam voltadas. (D) A corte islâmica, <u>em cujos</u> critérios de julgamento há forte influência religiosa, deu ao caso uma solução <u>na qual</u> muitos não acreditavam. (E) A absolvição de Amina, <u>por cuja</u> se fizeram muitos abaixo-assinados, é um desfecho por conta <u>da qual</u> não devemos ficar excessivamente otimistas.</p>	<p>11. Está correta a grafia de todas as palavras da frase:</p> <p>(A) A ascensão do caso em tela a um tribunal laico poderia propiciar uma grande divergência entre sentenças. (B) Caso se desencadeasse uma guerra civil, haveria quem responsabilizasse Amina, por ter sido ela o pomo da descórdia. (C) O apedrejamento é visto como uma medida excessiva não apenas por ter a morte como culminância, mas também pelo caráter irracional do método de execução. (D) A absolvição de Amina, conquanto haja amenizado a tensão internacional, não cria a expectativa de que o tribunal nigeriano não reincida em sentenças violentas. (E) O caráter das leis islâmicas é prescipientemente moralista, razão pela qual os tribunais laicos tendem a ser mais condescendentes que os religiosos.</p>
<p>8. Segundo a Anistia Internacional, a prova usada contra ela foi o fato de <u>ter engravidado sem ser casada</u>.</p> <p>O segmento sublinhado na frase acima pode ser corretamente substituído, mantendo-se o sentido da frase, por:</p> <p>(A) fora o fato de haver engravidado sem ter sido casada. (B) foi o fato de que engravidou sem que fosse casada. (C) era o fato de que teria engravidado sem que seja casada. (D) foi o fato de que se engravidara sem que se casasse. (E) é o fato de que engravidaria sem que seja casada.</p>	<p>12. Está inteiramente correta a pontuação do seguinte período:</p> <p>(A) A imprensa nigeriana noticiou, no mesmo dia da libertação de Amina, a sentença de morte por apedrejamento, aplicada a um acusado de sodomia. (B) Não deixou de constituir, para o presidente Obasanjo um alívio a notícia: de que a execução de Amina, já não ocorreria. (C) A interpretação da lei muçulmana, a "sharia", é a de que em casos como o de Amina, a gravidez constitui em si mesma, uma prova de culpabilidade. (D) O homem, identificado por Amina como o parceiro que a engravidara, sequer foi indiciado já que lhe bastou negar o fato, valendo sua palavra, mais do que a da mulher. (E) Deve-se alertar que contrariamente ao que muitos supõem, não houve propriamente julgamento do mérito mas, sim, reconhecimento de erro processual.</p>
<p>9. Há plena observância da necessidade de utilização do sinal de crase em:</p> <p>(A) Não espantou à maioria das pessoas que o caso de Amina tenha chegado à uma solução tão feliz, pois acreditavam que o tribunal nigeriano seria sensível à pressões internacionais. (B) Pouco à pouco, a Anistia Internacional e outras organizações congêneres vão ascendendo àquele mais alto patamar de respeitabilidade, à que sempre fizeram jus. (C) Não se impute à corte nigeriana qualquer culpa pelo fato de se ater às leis do país, pois é a estas, e não a outras, que lhe cabe dar cumprimento. (D) Aqui e ali se verifica, à toda hora, algum tolerado desacato às nossas leis; que fariamos se os nigerianos nos conclamassem a cessação dessa permanente afronta às nossas normas legais? (E) Tendo em vista à condenação do acusado de sodomia a morte por apedrejamento, e à falta de indícios positivos, não se confira a absolvição de Amina um significado maior do que o de uma concessão.</p>	<p>13. As leis muçulmanas são rigorosas, mas muitos <u>julgam as leis muçulmanas</u> especialmente draconianas com as mulheres, já que <u>se reflete nas leis muçulmanas</u> a hierarquia entre os sexos, <u>hierarquia que</u> deriva de fundamentos religiosos.</p> <p>Evitam-se as repetições do período acima substituindo-se os elementos sublinhados por, respectivamente:</p> <p>(A) julgam-as - se lhes reflete - a qual (B) julgam-nas - se reflete nesta - o que (C) julgam-nas - naquelas se reflete - a qual (D) julgam-lhes - nas quais se reflete - a qual (E) julgam-lhes - naquelas se reflete - à qual</p>

<p>14. O verbo indicado entre parênteses adotará uma forma do plural, ao se flexionar corretamente na seguinte frase:</p> <p>(A) Agissem os membros do tribunal de acordo com os cânones da escola Maliki, (redundar) tudo na morte de Amina.</p> <p>(B) É de se perguntar quantos apedrejamentos (haver) de ocorrer, caso se observasse o mesmo rigor da lei em relação ao adultério masculino.</p> <p>(C) Por mais razões que (poder) haver para se condenar moralmente um adultério, nenhuma delas tem força para torná-lo um crime.</p> <p>(D) Acreditam os observadores que um conflito de interpretações entre juizes muçulmanos e juizes laicos (ensejar), provavelmente, uma guerra civil.</p> <p>(E) Aos fanáticos religiosos não (satisfaz) que se solucionem casos como esse de um modo político, concessivo, conciliatório.</p>	<p>17. O Microsoft Excel apresenta uma série de funções predefinidas, onde genericamente uma função consiste em uma série de operações matemáticas que agem sobre valores fornecidos pelo usuário. Para utilizar uma função, num determinado conjunto de células, devemos realizar os seguintes comandos da Barra de Menu:</p> <p>(A) Inserir – Fórmula – Escolher a função desejada – Especificar os arquivos que farão parte do cálculo.</p> <p>(B) Inserir – Célula – Escolher a função desejada – Especificar as células que farão parte do cálculo.</p> <p>(C) Inserir – Função – Escolher o arquivo – Especificar as células que farão parte do cálculo.</p> <p>(D) Inserir – Função – Escolher as células desejadas – Especificar os arquivos que farão parte do cálculo.</p> <p>(E) Inserir – Função – Escolher a função desejada – Especificar as células que farão parte do cálculo.</p>
<p>15. Considere as seguintes frases:</p> <p>I. Amina já foi condenada em duas instâncias quando, finalmente, obtivera a absolvição na corte islâmica de apelações, que reviu seu caso.</p> <p>II. À medida que a Anistia Internacional e outros órgãos iam exercendo cada vez mais pressão sobre o caso, a corte islâmica sentira-se pressionada.</p> <p>III. Nem bem foi anunciada a absolvição de Amina e a opinião pública internacional expressou seu regozijo, conforme se pôde observar pelos noticiários da Internet.</p> <p>A relação entre os tempos verbais mostra-se adequada APENAS em</p> <p>(A) I e II</p> <p>(B) II e III</p> <p>(C) I</p> <p>(D) II</p> <p>(E) III</p>	<p>18. Estando no Microsoft Internet Explorer, se uma página da Web, estiver demorando ou com dificuldade para abrir, deve-se clicar no botão  cujo significado é:</p> <p>(A) Avançar.</p> <p>(B) Atualizar.</p> <p>(C) Voltar.</p> <p>(D) Histórico.</p> <p>(E) Pesquisar.</p>
<p>16. Para fornecer seu endereço eletrônico email e o seu site comercial brasileiro são necessários os seguintes endereços do tipo:</p> <p>(A) para o email nome@subdomínio.domínio e para o site www.nome.com.br</p> <p>(B) para o email rua@numero-bairro-cidade e o site www.nome.com.br</p> <p>(C) para o email www.nome.com.br e para o site nome@subdomínio.domínio</p> <p>(D) para o email e o site http://www.nome.com.br</p> <p>(E) para o email @nome.www.Br e para o site nome.www.com.br</p>	<p>19. No Microsoft Word temos a opção Marcadores e Numeração, onde após esta seleção no texto:</p> <p>(A) Todos os parágrafos receberão a formatação atual do marcador de bordas ou o número da página especificada.</p> <p>(B) Todos os parágrafos receberão a formatação atual das tabulações ou o número da página especificado.</p> <p>(C) Todos os parágrafos receberão a formatação atual do marcador ou numerador especificado.</p> <p>(D) Todas as páginas receberão a formatação das bordas e numeração nas páginas.</p> <p>(E) Todas as páginas receberão a formatação das bordas e marcadores nas páginas.</p> <p>20. No Windows Explorer para criar uma pasta e realizar uma cópia de um Arquivo para esta pasta devemos:</p> <p>(A) Clicar em Arquivo – Novo – Pasta – colocar o nome da pasta. Em seguida selecionar o arquivo a ser copiado e clicar em Editar – Recortar e posicionar na pasta desejada e clicar Editar – Colar.</p> <p>(B) Clicar em Arquivo – Novo – Atalho – colocar o nome da pasta. Em seguida selecionar o arquivo a ser copiado e clicar em Editar – Colar e posicionar na pasta desejada e clicar Editar – Copiar.</p> <p>(C) Clicar em Arquivo – Novo – Atalho – colocar o nome da pasta. Em seguida selecionar o arquivo a ser copiado e clicar em Editar – Copiar e posicionar na pasta desejada e clicar Editar – Colar.</p> <p>(D) Clicar em Arquivo – Novo – Pasta – colocar o nome da pasta. Em seguida selecionar o arquivo a ser copiado e clicar em Editar – Copiar e posicionar na pasta desejada e clicar Editar – Colar.</p> <p>(E) Clicar em Arquivo – Novo – Pasta – colocar o nome da pasta. Em seguida selecionar o arquivo a ser copiado e clicar em Editar – Copiar e posicionar na pasta desejada e clicar Editar – Pesquisar.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Edilson é responsável exclusivo por um banco de dados, contendo relevantes informações confidenciais. Ocorre que está sendo feita uma investigação criminal contra Edilson tendo por objeto as referidas informações. Nesse caso,

- (A) é possível a quebra do sigilo do registro de dados por ordem judicial, desde que sejam respeitados certos parâmetros e as liberdades públicas estejam sendo utilizadas como instrumento de salvaguarda de práticas ilícitas.
- (B) não será possível violar o sigilo de dados visto que essa liberdade individual, sendo absoluta, está sob o crivo do Judiciário ou da Comissão Parlamentar de Inquérito.
- (C) os dados contemplados pela Constituição Federal se referem tão somente ao sigilo bancário e fiscal, motivo pelo qual não está protegida pelo sigilo qualquer outra espécie de dados.
- (D) o Ministério Público é o órgão competente para quebrar o sigilo de dados, uma vez que, estando no comando da investigação criminal, decidirá a respeito da denúncia ou do arquivamento do processo.
- (E) o Delegado de Polícia que presidir o inquérito policial estará legitimado a quebrar o sigilo de dados, porém deverá comunicá-la dentro de 24 horas ao Juiz e ao Secretário de Segurança Pública.

22. Em matéria de fiscalização contábil financeira e orçamentária, e de Tribunal de Contas, diz-se que

- (A) o auditor do Tribunal de Contas da União poderá substituir os Ministros, entretanto não terá as mesmas garantias ou eventuais impedimentos do titular.
- (B) a legitimidade para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União cabe tão somente aos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e ao Ministério Público.
- (C) dentre os requisitos para a nomeação de um Ministro do Tribunal de Contas encontra-se o de brasileiro com mais de 30 (trinta) e menos de 60 (sessenta) anos de idade.
- (D) uma das finalidades do controle interno exercido pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário será o de exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e deveres da União.
- (E) não é competência do Tribunal de Contas da União aplicar aos responsáveis, em caso de irregularidade de contas, qualquer sanção administrativa, por ser prerrogativa do Poder Judiciário.

23. Entre as situações próprias dos princípios gerais de atividade econômica, encontra-se a de que

- (A) as microempresas e empresas de pequeno porte, terão tratamento diferenciado, mas restringindo-se essa diferenciação à simplificação das obrigações tributárias e creditícias.
- (B) as empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios não extensivos às do setor privado.
- (C) as cooperativas garimpeiras não poderão gozar de qualquer prioridade, mesmo na concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis.
- (D) as atividades de lavra, a industrialização e o comércio de minérios nucleares não são considerados monopólio da União.
- (E) o produto de lavra será de propriedade do concessionário, ficando assegurada a participação ao proprietário do solo nos resultados dessa lavra.

24. O empréstimo compulsório poderá ser instituído

- (A) pelas empresas públicas, autarquias e fundações no caso de urgência e interesse público relevante, não sendo necessário que ele seja cobrado no mesmo exercício financeiro em que foi criado.
- (B) pelos Estados e Municípios para atender a despesas extraordinárias de calamidades públicas, de conflito social ou sua iminência, devendo observar o princípio da legalidade.
- (C) pela União no caso de investimento público de caráter urgente e relevante interesse nacional, observando-se que não poderá ser cobrado no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o instituiu.
- (D) pela União, sempre que houver necessidade de intervenção no domínio econômico de interesse de categorias profissionais ou econômicas, devendo observar o princípio da legalidade.
- (E) pelos Municípios nos casos de sistemas ou fundos de seguridade e assistência social, cobrada apenas de seus servidores, para o respectivo custeio em benefício destes, observando-se o princípio da legalidade.

25. Dentre as atribuições do Presidente da República, no Brasil, como Chefe de Governo e Chefe de Estado, encontram-se, respectivamente, as de

- (A) conceder indulto e comutar penas de qualquer origem; e exercer a direção superior da Administração Federal.
- (B) manter relações com Estados estrangeiros acreditando os representantes diplomáticos; e nomear os presidentes e diretores do Banco Central do Brasil.
- (C) celebrar tratados internacionais sujeitos a referendo do Congresso Nacional; e sancionar, promulgar e fazer publicar lei.
- (D) iniciar, em casos determinados, o processo legislativo; e conferir condecorações e distinções honoríficas a Chefes de Estado estrangeiros.
- (E) convocar os Conselhos da República e de Defesa Nacional; e expedir decretos e regulamentos para fiel exercício das leis.

<p>26. Considerando a Emenda à Constituição, deve ser atendido, como um de seus requisitos, o de que</p> <p>(A) qualquer matéria objeto de emenda havida por prejudicada poderá constituir nova proposta na mesma sessão legislativa.</p> <p>(B) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.</p> <p>(C) a proposta será discutida e votada no Congresso Nacional em dois turnos, sendo aprovada a que obtiver a maioria absoluta de votos.</p> <p>(D) não poderá ser objeto de deliberação proposta de emenda tendente a abolir tributos como o imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza.</p> <p>(E) a emenda poderá ser proposta pela Assembléia Legislativa de um Estado membro, desde que se manifeste pela maioria de 3/5 (três quintos) de seus membros.</p>	<p>29. Dentre outros, NÃO podem propor a ação declaratória de inconstitucionalidade e a ação de constitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal, respectivamente,</p> <p>(A) os partidos políticos com representação no Congresso Nacional e o Procurador-Geral da República; e a Mesa do Senado Federal.</p> <p>(B) as confederações sindicais e as entidades de classe de âmbito nacional; e a Mesa da Câmara dos Deputados.</p> <p>(C) as entidades de assistência social e as empresas privadas; e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.</p> <p>(D) a Mesa de Assembléia Legislativa e o Governador do Estado; e o Presidente da República.</p> <p>(E) a Mesa da Câmara dos Deputados e a Mesa do Senado Federal; e o Procurador-Geral da República.</p>
<p>27. O objeto principal da ação direta de inconstitucionalidade genérica no direito brasileiro é a declaração da inconstitucionalidade de</p> <p>(A) lei ou ato normativo federal, estadual ou distrital, incompatível, em tese, com a Constituição Federal, a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(B) qualquer lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal em face da Constituição Federal a ser proferida por qualquer membro do Poder Judiciário, produzindo efeitos apenas para as partes e no caso concreto.</p> <p>(C) omissão do Poder Público, em relação às normas constitucionais de eficácia limitada, em que a Constituição investe o legislador na obrigação de expedir comandos normativos.</p> <p>(D) qualquer lei ou ato normativo do Poder Público que venha a violar especial, e tão-somente, os princípios sensíveis constitucionais da forma do sistema representativo e do regime democrático.</p> <p>(E) lei ou ato normativo federal, visto que os atos estaduais, municipais e distritais são regidos pelas constituições estaduais e desde que haja uma comprovada controvérsia judicial somada ao <i>periculum in mora</i>.</p>	<p>30. Considere as medidas abaixo.</p> <p>I. Suspensão dos direitos políticos.</p> <p>II. Perda da função pública.</p> <p>III. Indisponibilidade de bens.</p> <p>IV. Ressarcimento ao erário.</p> <p>Os atos de improbidade administrativa importarão, na forma e gradação previstas em lei e sem prejuízo da ação penal cabível, a imposição das medidas referidas em</p> <p>(A) I, II, III e IV.</p> <p>(B) I, II e III, apenas.</p> <p>(C) II, III e IV, apenas.</p> <p>(D) I, III e IV, apenas.</p> <p>(E) I, II e IV, apenas.</p>
<p>28. Dentre as funções institucionais do Ministério Público encontra-se a de</p> <p>(A) exercer subsidiariamente a consultoria jurídica dos órgãos da administração direta e indireta.</p> <p>(B) exercer controle interno e externo da atividade policial e as atribuições de sua respectiva corregedoria.</p> <p>(C) presidir o inquérito civil e o inquérito policial para a proteção do meio ambiente e do patrimônio social.</p> <p>(D) representar judicialmente as entidades públicas quando presente o interesse público relevante.</p> <p>(E) zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia.</p>	<p>31. Uma sociedade de economia mista da Administração Federal, para agilizar a remessa de produtos de uma região para outra, pretende criar uma empresa subsidiária para realizar transportes. Segundo previsão constitucional, essa criação</p> <p>(A) necessita de lei delegada prévia que autorize o Estado a intervir nesse domínio econômico.</p> <p>(B) depende de autorização legislativa, que, em cada caso, pode ou não ser concedida.</p> <p>(C) é livre, visto que não existe nenhum requisito, ao contrário da sociedade de economia mista, que depende de lei para sua criação.</p> <p>(D) é vedada, porque o Estado está proibido de intervir no ramo econômico de transportes.</p> <p>(E) é livre, em razão de a sociedade de economia mista ser pessoa jurídica de direito privado.</p>

<p>32. A fim de explicar o modo de execução de uma lei, o Chefe do Poder Executivo deve expedir</p> <p>(A) uma resolução, que é ato administrativo do poder normativo ao qual os administrados devem obediência e que não depende de aprovação de outro órgão.</p> <p>(B) um projeto de lei sobre a matéria, que é manifestação expressa da legitimidade de seu poder-dever de iniciativa legislativa.</p> <p>(C) uma circular, que é ato administrativo interno e geral baseado no poder hierárquico e que explica o necessário para a aplicação da lei.</p> <p>(D) um decreto, que é ato administrativo geral e normativo e manifestação expressa de seu poder regulamentar.</p> <p>(E) uma instrução normativa, que é ordem escrita, geral, oriunda do poder disciplinar e determinadora do modo pelo qual a lei será aplicada.</p>	<p>35. Em uma concorrência pública pela melhor técnica, as empresas "Bleu", "Jaune" e "Vert", previamente qualificadas, apresentaram suas propostas. Abertos os envelopes contendo as propostas técnicas, "Vert" foi classificada em primeiro lugar e "Bleu" em terceiro. Abertos os envelopes contendo as propostas de preço, "Bleu" ficou em primeiro "Vert" em terceiro. Nesse caso,</p> <p>(A) "Jaune" deverá ser contratada, pelo princípio do <i>in medio virtus</i>, visto que sua técnica e seu preço são razoáveis e atendem ao edital.</p> <p>(B) deverá ser feita nova licitação, visto que melhor técnica e melhor preço não foram propostos pela mesma empresa.</p> <p>(C) dar-se-á a contratação de "Vert", que propôs a melhor técnica, uma vez que seu preço, embora perdedor, está dentro do previsto no edital.</p> <p>(D) "Bleu" será contratada porque ofereceu melhor preço, e não houve coincidência de melhor técnica e melhor preço pela mesma empresa.</p> <p>(E) passar-se-á à negociação do preço com "Vert", melhor classificada, tendo como base o preço oferecido por "Bleu".</p>
<p>33. Quanto aos elementos do ato administrativo, pode-se afirmar que</p> <p>(A) "sujeito é aquele a quem o ato se destina ou sobre quem ele versa".</p> <p>(B) "motivo é o pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento ao ato".</p> <p>(C) "objeto é a finalidade a ser alcançada pelo ato".</p> <p>(D) "fim é o efeito jurídico imediato que o ato produz".</p> <p>(E) "competência é o modo pelo qual o ato se exterioriza ou deve ser feito".</p>	<p>36. A Administração Pública e a empresa vencedora da concorrência pública assinaram um contrato para fornecimento de bens, que vem sendo executado normalmente. Tendo feito os cálculos de suas necessidades, a Administração Pública, com a devida justificação, pretende alterar o contrato para diminuição quantitativa de vinte por cento do objeto do contrato. Nesse caso, a Administração poderá</p> <p>(A) alegar a cláusula <i>rebus sic stantibus</i> e obter, apenas pela via judicial, a diminuição pretendida.</p> <p>(B) solicitar e obter a diminuição pretendida, o que somente ocorrerá se houver acordo com a contratada.</p> <p>(C) fazê-lo, mas deverá indenizar a contratada mesmo que esta não tenha efetuado gastos para cumprimento do contrato.</p> <p>(D) fazê-lo unilateralmente, porque a diminuição pretendida está dentro do percentual legalmente previsto.</p> <p>(E) fazê-lo unilateralmente, porque a prevalência do interesse público determina a liberdade de cancelar qualquer parcela do contrato a cumprir.</p>
<p>34. No âmbito da Administração Federal direta e indireta, os processos administrativos deverão observar diversos critérios, sendo certo que o Poder Judiciário da União, quando desempenhar função administrativa, está obrigado a essa observância. É INCORRETO afirmar que um desses critérios é a</p> <p>(A) indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão.</p> <p>(B) impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados.</p> <p>(C) divulgação oficial dos atos administrativos com total transparência, vedado o sigilo.</p> <p>(D) atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.</p> <p>(E) observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados.</p>	<p>37. A aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos é <i>conditio sine qua non</i> para investidura em qualquer</p> <p>(A) cargo público.</p> <p>(B) função pública.</p> <p>(C) emprego público.</p> <p>(D) emprego público ou função pública.</p> <p>(E) cargo ou função pública.</p>

<p>38. Considere as afirmações abaixo, quanto às denúncias sobre irregularidades praticadas por servidor público e seus requisitos para merecer apuração pela Administração Pública.</p> <p>I. Deverão conter a identificação e o endereço do denunciante.</p> <p>II. Poderão ser anônimas, desde que o fato narrado configure infração disciplinar ou penal.</p> <p>III. Deverão ser formuladas por escrito, com a autenticidade confirmada.</p> <p>IV. Serão apuradas mesmo quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou penal.</p> <p>São corretos APENAS</p> <p>(A) I e III</p> <p>(B) I e IV</p> <p>(C) II</p> <p>(D) III e IV</p> <p>(E) IV</p>	<p>42. Do número de vagas que poderá registrar para a Câmara dos Deputados, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, cada Partido Político ou Coligação deverá reservar</p> <p>(A) 10% das vagas para pessoas portadoras de deficiência.</p> <p>(B) o mínimo de 10% para candidaturas do sexo feminino, sem limite máximo.</p> <p>(C) o mínimo de 20% para candidaturas do sexo feminino, sem limite máximo.</p> <p>(D) o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.</p> <p>(E) cinquenta por cento para candidaturas de cada sexo.</p>
<p>39. A respeito dos Tribunais Eleitorais é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) o Tribunal Superior Eleitoral terá jurisdição em todo o território nacional e será composto, no mínimo, por 7 membros.</p> <p>(B) os juízes dos tribunais eleitorais, salvo motivo justificado, servirão por 2 anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos.</p> <p>(C) haverá um Tribunal Regional Eleitoral na Capital de cada Estado e também no Distrito Federal.</p> <p>(D) os membros dos tribunais eleitorais, no exercício de suas funções e no que lhes for aplicável, gozarão de plenas garantias e serão irremovíveis.</p> <p>(E) o Tribunal Superior Eleitoral escolherá seu Presidente dentre quaisquer de seus integrantes, mediante eleição e voto secreto.</p>	<p>43. Luciano é Suplente de Vereador e substituiu o Vereador Pedro durante os dois primeiros meses da atual legislatura, em virtude de este ter tomado posse e no dia seguinte se afastado para tratamento de saúde. Com o advento das eleições, Luciano deseja candidatar-se ao cargo de Vereador, mas não obteve votos suficientes para ser indicado pela convenção de seu Partido Político. Quanto ao cargo de Vereador, Luciano</p> <p>(A) não pode candidatar-se porque a escolha em convenção partidária é indispensável para o registro da candidatura.</p> <p>(B) não pode candidatar-se por ter exercido esse cargo, na legislatura em curso, por período inferior a 6 meses.</p> <p>(C) tem assegurado o registro de sua candidatura por ter exercido esse cargo, na legislatura em curso, pelo período de 2 meses.</p> <p>(D) só pode candidatar-se se não for preenchido o número de candidatos que seu Partido Político tem direito de registrar.</p> <p>(E) só pode candidatar-se se tiver obtido na convenção partidária pelo menos 1/3 dos votos dos convencionais.</p>
<p>40. José é Prefeito Municipal de uma cidade do interior. Seu cunhado Manoel pretende candidatar-se ao cargo de Vereador. Manoel</p> <p>(A) pode ser candidato a Vereador, porque se trata de eleição de jurisdição diversa daquela em que José se elegeu Prefeito Municipal.</p> <p>(B) só pode ser candidato a Vereador se José renunciar ao mandato de Prefeito Municipal até 6 meses antes do pleito.</p> <p>(C) pode ser candidato a Vereador, porque o impedimento alcança apenas até o primeiro grau de parentesco por afinidade com o Prefeito Municipal.</p> <p>(D) pode ser candidato a Vereador, porque o impedimento alcança apenas os parentes consangüíneos, não alcançando os afins, do Prefeito Municipal.</p> <p>(E) pode ser candidato a Vereador, pois o impedimento decorrente do parentesco não se aplica às eleições municipais.</p>	<p>44. O Partido Político Alfa formulou requerimento de registro do candidato Valter, indicado na respectiva convenção, mas este, 70 dias antes do pleito, renunciou à sua candidatura. O Partido Político</p> <p>(A) não poderá substituir o candidato Valter por ter sido a renúncia formulada a menos de 90 dias do pleito.</p> <p>(B) poderá substituir o candidato Valter por qualquer outro filiado que preencha os demais requisitos legais para registro de candidatura.</p> <p>(C) não poderá substituir o candidato Valter porque a substituição não é possível no caso de renúncia de candidatura.</p> <p>(D) só poderá substituir o candidato Valter por outro filiado indicado na respectiva convenção partidária e que não tenha completado a documentação necessária em tempo de formular o pedido de registro.</p> <p>(E) só poderá substituir o candidato Valter por outro filiado que, embora não tenha sido indicado na respectiva convenção partidária, tenha obtido pelo menos 1/3 dos votos dos convencionais.</p>
<p>41. Mauro e Luiz são Presidentes de Autarquias. Mauro pretende candidatar-se a Deputado Federal e Luiz a Governador do Estado. Mauro e Luiz estão sujeitos ao prazo de desincompatibilização de</p> <p>(A) 6 meses e 4 meses, respectivamente.</p> <p>(B) 6 meses.</p> <p>(C) 4 meses.</p> <p>(D) 3 meses.</p> <p>(E) 3 meses e 6 meses, respectivamente.</p>	

<p>45. A respeito da propaganda eleitoral é CORRETO que podem ser</p> <p>(A) feitas reuniões políticas e comícios, mediante prévia autorização por escrito da autoridade policial competente.</p> <p>(B) fixadas faixas em árvores das vias públicas, desde que não as danifiquem e não atrapalhem o trânsito nas vias públicas.</p> <p>(C) colados adesivos em táxis e lotações com nome e pedidos de votos para candidatos.</p> <p>(D) feitas através de auto-falantes ou carros de som em qualquer local, desde que entre 8 e 22 horas.</p> <p>(E) fixadas faixas em postes de iluminação pública, desde que não lhes cause dano e não impeça o bom andamento do tráfego.</p>	<p>49. Serão registrados ou averbados no Registro Público, respectivamente,</p> <p>(A) os atos extrajudiciais que reconheçam a filiação e a emancipação.</p> <p>(B) os nascimentos e a interdição por incapacidade absoluta.</p> <p>(C) as sentenças que decretarem o divórcio e os óbitos.</p> <p>(D) os casamentos e os atos extrajudiciais de adoção.</p> <p>(E) os atos judiciais de adoção e a sentença declaratória de morte presumida.</p>
<p>46. Segundo estabelece o Código Eleitoral, contra a diplomação por Tribunal Regional Eleitoral de candidatos eleitos para Governador e Vice-Governador do Estado</p> <p>(A) não cabe nenhum recurso.</p> <p>(B) cabe recurso especial para o Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(C) cabe recurso ordinário para o Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(D) cabe recurso de apelação para o Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(E) cabe recurso de agravo de instrumento para o Tribunal Superior Eleitoral.</p>	<p>50. Roberto, que passava por local em que ocorria uma inundação, e em circunstâncias que tornaram o ato necessário, destruiu coisa alheia a fim de remover perigo iminente, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo. Nesta hipótese, Roberto</p> <p>(A) não comete ato ilícito, e, portanto, não tem o dever de indenizar, que está fundado na ilicitude.</p> <p>(B) não comete ato ilícito, mas tem o dever de indenizar, se o dono da coisa não for culpado pelo perigo.</p> <p>(C) comete ato ilícito, sendo solidariamente responsável com o causador do perigo pela indenização.</p> <p>(D) embora tenha cometido ato ilícito, está isento do dever de indenizar, por expressa disposição legal.</p> <p>(E) comete ato ilícito, mas estará obrigado à indenização apenas em caráter subsidiário, por ação regressiva.</p>
<p>47. O exercício de direito de resposta por candidato ofendido em horário eleitoral gratuito, em programação normal de emissoras de televisão e em órgão da imprensa escrita, poderá ser requerido à Justiça Eleitoral, no prazo contado da divulgação da ofensa de, respectivamente,</p> <p>(A) vinte e quatro horas, quarenta e oito horas e setenta e duas horas.</p> <p>(B) quarenta e oito horas, setenta e duas horas e cinco dias.</p> <p>(C) setenta e duas horas, cinco dias e trinta dias.</p> <p>(D) quarenta e oito horas, vinte e quatro horas e cinco dias.</p> <p>(E) quarenta e oito horas, setenta e duas horas e noventa e seis horas.</p>	<p>51. Observe as afirmações abaixo, relativas à incapacidade.</p> <p>I. São absolutamente incapazes os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.</p> <p>II. São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, os menores de dezesseis anos.</p> <p>III. São absolutamente incapazes os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.</p> <p>IV. São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, os pródigos.</p>
<p>48. O Partido Político Alfa, integrante da Coligação Beta, apresentou, por seu presidente, comunicação verbal da prática de crime eleitoral ao Juiz Eleitoral da Zona onde o mesmo se verificou. A comunicação foi reduzida a termo, assinado pelo apresentante e por duas testemunhas e remetida ao Ministério Público. O órgão do Ministério Público requereu o arquivamento e o Juiz, não concordando, ordenou a remessa da comunicação ao Procurador Regional Eleitoral, tendo este insistido no pedido de arquivamento. Nesse caso,</p> <p>(A) o juiz remeterá a comunicação ao Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(B) o Juiz poderá baixar Portaria, instaurando a ação penal.</p> <p>(C) o Partido Político Alfa poderá oferecer denúncia substitutiva.</p> <p>(D) a Coligação Beta poderá oferecer denúncia substitutiva.</p> <p>(E) o Juiz estará obrigado a atender e deverá determinar o arquivamento da comunicação.</p>	<p>Está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) I e III</p> <p>(B) I e IV</p> <p>(C) II e III</p> <p>(D) II e IV</p> <p>(E) III e IV</p>

<p>52. Fernando adquire de Pedro um automóvel que apresenta defeito oculto, apto a torná-lo impróprio ao uso a que se destina, diminuindo-lhe consideravelmente o valor. A hipótese é de</p> <p>(A) evicção, cuja responsabilidade não pode ser excluída ou diminuída por cláusula contratual.</p> <p>(B) evicção, cabendo ao evicto, além da restituição integral do preço, indenização pelas despesas do contrato.</p> <p>(C) vício redibitório, cabendo ao alienante, se desconhecia o defeito da coisa, optar entre a rescisão e o abatimento do preço.</p> <p>(D) vício redibitório, cabendo ao adquirente optar entre a redibição do contrato ou o abatimento do preço.</p> <p>(E) evicção, cabendo ao alienante optar entre a rescisão e o abatimento do preço.</p>	<p>56. Ainda que omisso o pedido, a sentença pode condenar o vencido no pagamento de</p> <p>(A) honorários de advogado, despesas processuais e juros convencionais.</p> <p>(B) honorários de advogado, perdas e danos e juros legais.</p> <p>(C) despesas processuais, juros convencionais e perdas e danos.</p> <p>(D) prestações periódicas, honorários de advogado e juros legais.</p> <p>(E) prestações periódicas, juros convencionais e perdas e danos.</p>
<p>53. O direito de anular a constituição de pessoa jurídica de direito privado, por defeito do ato respectivo, decai em</p> <p>(A) cinco anos, da publicação de sua inscrição no registro.</p> <p>(B) cinco anos, do ato constitutivo.</p> <p>(C) cinco anos, do registro.</p> <p>(D) três anos, do ato constitutivo.</p> <p>(E) três anos, da publicação de sua inscrição no registro.</p>	<p>57. A alteração do pedido, em nenhuma hipótese, será permitida após</p> <p>(A) a réplica.</p> <p>(B) a citação.</p> <p>(C) a contestação.</p> <p>(D) o despacho que ordena a citação.</p> <p>(E) o saneamento do processo.</p>
<p>54. Observe os elementos abaixo, relacionados ao contrato de locação de coisas.</p> <p>I. A infungibilidade da coisa.</p> <p>II. A retribuição.</p> <p>III. A fungibilidade da coisa.</p> <p>IV. O tempo determinado.</p> <p>São elementos obrigatórios do mencionado contrato os constantes de:</p> <p>(A) I e II</p> <p>(B) I e IV</p> <p>(C) II e III</p> <p>(D) II e IV</p> <p>(E) III e IV</p>	<p>58. De acordo com a legislação processual civil brasileira, em relação à incompetência,</p> <p>(A) a absoluta deve ser deduzida na contestação, e a relativa por meio de exceção.</p> <p>(B) a relativa deve ser deduzida na contestação, e a absoluta por meio de exceção.</p> <p>(C) tanto a absoluta quanto a relativa devem ser deduzidas na contestação.</p> <p>(D) tanto a absoluta quanto a relativa devem ser deduzidas por meio de exceção.</p> <p>(E) a absoluta deve ser deduzida na contestação, e a relativa por meio de reconvenção.</p>
<p>55. É admissível a citação pelo correio</p> <p>(A) quando a ré for pessoa de direito público.</p> <p>(B) nas ações de estado.</p> <p>(C) quando for ré pessoa jurídica.</p> <p>(D) na pessoa do representante legal, quando for ré pessoa incapaz.</p> <p>(E) nos processos de execução.</p>	<p>59. Os prazos para contestar e para recorrer serão computados, respectivamente,</p> <p>(A) em dobro e em quádruplo quando for parte a Fazenda Pública e o Ministério Público.</p> <p>(B) em dobro e em quádruplo quando for parte a Fazenda Pública ou quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores.</p> <p>(C) em quádruplo e em dobro quando for parte a Fazenda Pública e o Ministério Público.</p> <p>(D) em quádruplo e em dobro quando for parte o Ministério Público ou quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores.</p> <p>(E) em dobro e em quádruplo quando for parte a Fazenda Pública e o Ministério Público, ou quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores.</p> <p>60. A suspensão do processo</p> <p>(A) não pode se dar por convenção das partes, ante o princípio do impulso oficial.</p> <p>(B) pode ocorrer por convenção das partes, e nunca poderá exceder a seis meses.</p> <p>(C) pode se dar por convenção das partes, por prazo não superior a três meses.</p> <p>(D) pode se dar pela morte da parte, mas não pela de seu representante legal.</p> <p>(E) pode se dar por convenção das partes, por prazo de até um ano.</p>